Valor Econômico | 30/01/18 | BRASIL

Tesouro precisa de R$ 208 bi para cumprir 'regra de ouro' em 2018

Por Fabio Graner e Fábio Pupo | De Brasília

Mesmo com um desempenho fiscal superior ao esperado em 2017, o governo revisou para pior suas projeções sobre o buraco que terá para cobrir na chamada "regra de ouro" das contas públicas em 2018. Esse é o dispositivo previsto na Constituição que define que o Tesouro não pode emitir dívida para pagar gastos correntes (como pessoal e Previdência). Pelas novas contas, o rombo previsto para 2018 subiu mais de R$ 20 bilhões, atingindo R$ 208,6 bilhões.

Mesmo assim, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, disse acreditar que essa regra fiscal será cumprida, graças a um conjunto de quatro medidas anunciadas ontem para fazer frente a esse problema. Ela anunciou ainda que em 2017 houve cumprimento da "regra de ouro", com uma margem positiva de R$ 28,8 bilhões, o que só foi possível graças à devolução antecipada de R$ 50 bilhões do BNDES ao Tesouro.

Com forte contração de despesas, que tiveram queda real de 1%, o governo central (Tesouro, Previdência e BC) terminou o ano passado com resultado primário bem melhor que meta de déficit de R$ 159 bilhões. O saldo negativo final em 2017 foi de R$ 124,4 bilhões.

O esforço do lado do gasto foi tão forte que fez despencar os investimentos ao menor nível em mais de uma década. O governo investiu R$ 45,7 bilhões, o equivalente a 0,69% do PIB, ante 1,04% em 2016, nível considerado "muito baixo" até mesmo por Ana Paula.

Outra métrica importante para se ter a dimensão do tamanho ajuste nos gastos é que as despesas totais ficaram cerca de R$ 30 bilhões abaixo do programado, caindo de 20% para 19,5% PIB. Ana Paula ressaltou que, isoladamente, o Tesouro registrou superávit em 2017 após dois anos negativos, "compensando em parte o déficit acentuado na Previdência".

Com os resultados bastante discrepantes em relação às metas e limites previstos, a secretária do Tesouro lembrou que o déficit ainda é bastante elevado e que a trajetória da dívida é de alta, precisando ser estabilizada. "Estamos falando de um déficit muito acentuado, de R$ 124 bilhões. É algo que precisamos reverter. Não há o que comemorar", afirmou. O rombo do ano foi o segundo pior da história.

Segundo ela, o governo precisaria registrar um superávit para estabilizar a dívida e levar a um cenário mais "sólido" para as contas públicas. Ela disse que o governo está comprometido com a transparência nas discussões sobre a meta fiscal e engajado em cumprir os limites legais sem "ajuste contábil".

Segundo Ana Paula, o fato de o governo ter pedido ao Congresso autorização para um rombo maior no meio do ano passado refletiu o fato de, até meados do ano, ter havido frustrações de receita e elevados riscos relativos a leilões de infraestrutura - situação que, diz, foi

revertida após agosto e ensejou resultado melhor que a meta anterior, de déficit de R$ 139 bilhões.

O lado das receitas de fato também teve contribuição para o saldo fiscal mais favorável, ainda que em dimensão menor que as despesas. A arrecadação foi mais forte sobretudo em dezembro, quando houve expansão de 31%, já descontando-se as transferências a governos regionais. No ano todo, a receita teve alta real de 2,5%, embora deva-se lembrar que ficou R$ 32,9 bilhões abaixo do previsto no Orçamento do ano.

Segundo ela, o fato de o rombo fiscal ter ficado cerca de R$ 35 bilhões menor que a meta decorre também da dificuldade de prever os números. "Quando encerramos o ano, é óbvio que alguma margem você tem para cumprir a meta. É muito difícil cravar a meta."

Em relação à piora na projeção de insuficiência da "regra de ouro" em 2018, Ana Paula explicou que isso ocorreu principalmente por efeitos de uma atualização inflacionária. "Como o IGP-M cresceu menos que a estimativa anterior, reduziu o valor da amortização, que é uma despesa. Então a insuficiência aumenta. Dentre os fatores, esse foi o mais relevante", afirmou, explicando que esse impacto foi de R$ 35 bilhões.

Em relação às medidas para o cumprimento da regra em 2018, Ana Paula informou que, além dos R$ 130 bilhões que o BNDES deve devolver, o governo vai fazer uma ampla revisão dos restos a pagar não processados - despesas autorizadas, mas não executadas. Se o estoque fosse todo eliminado, haveria ganho de R$ 48,3 bilhões.

Há ainda outras duas medidas. Uma é a extinção do FSB) e do FND, com projeto permitindo liberação contábil de recursos que entraram no caixa em anos anteriores. No FSB, isso pode gerar R$ 26 bilhões e no FND, R$ 16 bilhões.

A quarta medida é a desvinculação de recursos de superávits passados, que estão no caixa, mas com destinação específica. Ana Paula, contudo, não estimou o impacto da medida, que depende de aval do Tribunal de Contas da União (TCU).

Questionada se em 2018 não estaria se desenhando um cenário de expansão fiscal em plena eleição, a secretária tergiversou e apenas disse que receitas extraordinárias ou acima do previsto não vão liberar novas despesas, que se limitarão ao teto.

No vermelho

Resultado primário do Governo Central – em R$ bilhões*

	1997	98	99	2000	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17
%PIB	-0,2	0,5	2,1	1,7	1,7	2,1	2,3	2,7	2,6	2,1	2,2	2,3	1,3	2,0	2,1	1,8	1,4	-0,4	-1,9	-2,5	-1,9

Fonte: Tesouro Nacional. *Valores correntes

Valor Econômico | 30/01/18 | BRASIL

Contingenciamento pode não ser necessário, diz Meirelles

Por Lauro Veiga Filho | Para o Valor, de Goiânia

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu a possibilidade de o governo não contingenciar parte do Orçamento de 2018 neste início do ano, dado o cenário macroeconômico atual. Após fazer palestra em Goiânia, o ministro avaliou o resultado primário do governo central, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e destacou que "como está hoje [referindo-se ao cenário], é possível que [o contigenciamento] não seja necessário. Não estou nem dizendo que é provável, mas hoje a situação fiscal indica ser melhor".

Meirelles, no entanto, fez a ressalva de que os números não estão fechados ainda e que não gostaria de especular sobre dados ainda não consolidados. "Não quer dizer que não vai haver [contingenciamento]. Se for necessário, faremos". "O Ministério do Planejamento vai divulgar o número correto", completou.

O GLOBO | 30/01/18 | MIRIAM LEITÃO

Ainda no pântano

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Quando os números começaram a melhorar na Secretaria do Tesouro, o governo nem pôde comemorar, porque já estava de olho nas dificuldades dos anos de 2018 e 2019. Mas foi um alívio verificar que o déficit do governo encolheu no final do ano. Ontem, o Tesouro divulgou que o rombo, previsto para ficar em R$ 159 bi, terminou o ano, como divulgado aqui no dia três de janeiro, mais de R$ 30 bilhões abaixo da meta.

A queda de 24,8% no rombo é uma boa notícia, mas o que a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, chamou a atenção foi para o fato de que o país está com um déficit de 1,9% do PIB. Só não é tão ruim porque no ano anterior havia sido de 2,5% do PIB. Não é possível esquecer que o país está no quarto ano de resultados negativos e o desequilíbrio entre receita e despesa ficou em R$ 124 bilhões. E eles continuarão no vermelho por, pelo menos, mais quatro anos, segundo as estimativas das instituições financeiras consultadas pelo Banco Central no Boletim Focus. O ano passado foi tão incerto que no começo, diante de muita queda de arrecadação, o governo propôs elevar a meta para R$ 159 bi. No final do ano, os números começaram a melhorar e terminaram em um resultado menor do que a primeira meta que fora alterada. O medo do descumprimento, que pareceu em determinado momento bem provável, é que levou à mudança, que se revelou desnecessária. Há vários problemas diante das autoridades da área econômica.

Um é que 2018 já começa com diversas frustrações de receitas garantidas, mas muito pior parece ser 2019. As medidas de ajuste enviadas para o Congresso, para as contas deste ano, não foram aprovadas. A reforma da Previdência foi adiada e ainda não se sabe seu destino. E mais: o governo tem dificuldades hoje de preparar o Orçamento do ano que vem porque, pelas projeções de receitas e despesas, o país quebra a regra de não se endividar além dos gastos de capital. O Orçamento de 2018 foi aprovado no Congresso contando com arrecadação que já se sabe que não acontecerá, como a da taxação dos fundos exclusivos. Há receitas incertas, como a da privatização da Eletrobras. Há uma vantagem em relação ao ano passado, o déficit da Previdência, que nos dois regimes, privado e público, aumentou o rombo em R$ 42 bilhões, talvez tenha um crescimento menor este ano porque o reajuste do salário mínimo foi de apenas 1,9%.

A Instituição Fiscal Independente estima que o governo tenha arrecadado entre R$ 75 bi e R$ 80 bilhões com receitas atípicas em 2017. São recursos que vieram por meio de programas como o Refis, os leilões do pré-sal e outras concessões à iniciativa privada. O problema, explica o diretor executivo da IFI, Felipe Salto, é que em 2018 as receitas extraordinárias devem ficar em metade desse valor. Por isso, o quadro fiscal para o governo continuará sendo desafiador. Os números das contas públicas mostram como o aumento de gastos com a Previdência está tirando recursos de outras áreas. Enquanto o déficit com o INSS teve um crescimento de 18% entre 2016 e 2017, os investimentos despencaram 31% entre os dois anos e voltaram ao nível de 2006 como percentual do PIB.

A Previdência sobe, e ministérios importantes são obrigados a realizar cortes. A Saúde, por exemplo, gastou R$ 4,4 bilhões a menos do que o programado no Orçamento, e o Ministério da Educação, R$ 900 milhões. As despesas com pessoal e encargos também pesam sobre as contas públicas. De um ano para o outro, o crescimento real, ou seja, acima da inflação, foi de 6,5% ou R$ 17,7 bilhões. E o responsável por isso foi o próprio governo Temer porque, ao chegar, apesar do quadro claro de dificuldades, concedeu

aumento salarial aos servidores que se estendeu pelos anos seguintes. Depois, tentou suspender o reajuste de 2018 e, até agora, não conseguiu. O Brasil atravessa um longo pântano fiscal e ontem foi o dia em que o governo anunciou que não afundamos tanto quanto estava previsto. Mesmo assim, o pântano permanece. Ele não é destino, contudo. O Brasil de 1991 a 2013 só teve um ano de déficit primário, em 1997. Por 22 anos o país construiu um ajuste que foi desfeito nos anos recentes. É fundamental que haja um horizonte de equilíbrio.

O GLOBO | 30/01/18 | ECONOMIA

Margem de manobra

Aperto no Orçamento de 2017 abre espaço para mais R$ 89 bilhões em gastos este ano

MARTHA BECK E MANOEL VENTURA

BRASÍLIA - O aperto na gestão do Orçamento de 2017 deu à equipe econômica um espaço de R$ 89 bilhões para mais gastos em 2018. Isso porque, no ano passado, as despesas primárias ficaram R$ 50 bilhões abaixo do teto fixado para o ano, valor que se transformou em uma margem extra para ser usada este ano. Além disso, pela regra do teto, a lei orçamentária de 2018 já permite um aumento de gastos de R$ 39 bilhões em relação a 2017. Na prática, essa folga de R$ 89 bilhões acaba dando ao governo maior margem de manobra para negociar com o Congresso apoio para aprovar sua agenda de reformas, especialmente a da Previdência. No entanto, a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, assegurou que o governo não vai abrir a torneira em ano eleitoral.

E ressaltou que, mesmo com uma folga maior, a execução fiscal obedecerá à regra do teto de gastos, que foi criada para conter a trajetória explosiva das despesas. Especialistas ouvidos pelo GLOBO alertam para o fato de que o governo precisa ser cuidadoso na hora de administrar a folga decorrente de 2017 para não passar ao mercado financeiro a impressão de que vai praticar uma política fiscal expansionista às vésperas das eleições. Segundo o pesquisador do Ibre/ FGV Manoel Pires, essa margem é importante para acomodar despesas obrigatórias, especialmente se a reforma da Previdência for novamente adiada: — Se o governo ocupar o espaço todo (R$ 89 bilhões), pode gerar alguma impressão de expansão fiscal, que seria mal vista dentro de um ano eleitoral.

Esse espaço que surgiu é importante para acomodar despesas obrigatórias. Já o analista da consultoria Tendências Fábio Klein defende que o governo deveria usar essa margem para reduzir o déficit das contas públicas: — Essa sobra pode ajudar a dar um déficit primário menor e também ser importante em outras frentes, como na regra de ouro. O Tesouro informou ontem que as contas públicas fecharam 2017 com rombo de R$ 124,4 bilhões. A meta era déficit primário de R$ 159 bilhões para o governo central (formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central). Isso significa que o fechamento do ano ficou R$ 34,6 bilhões melhor que o esperado. A notícia de que o desempenho seria acima das expectativas do governo foi antecipada pela colunista do GLOBO Míriam Leitão.

Ana Paula explicou que o descolamento entre a meta e o resultado decorreu de mudança significativa no cenário do primeiro para o segundo semestre. Ela destacou que, entre janeiro e julho de 2017, havia uma frustração recorrente de receitas, além de incertezas em relação ao desempenho da arrecadação. Não se sabia ainda, por exemplo, qual seria o total obtido com o Refis. Isso obrigou a equipe econômica a fazer um forte contingenciamento de despesas e a propor um aumento do déficit para o ano. Já no segundo semestre, a economia voltou a se recuperar, a arrecadação do Refis ficou acima do esperado, e os leilões de hidrelétricas e de petróleo ajudaram a reforçar o caixa.

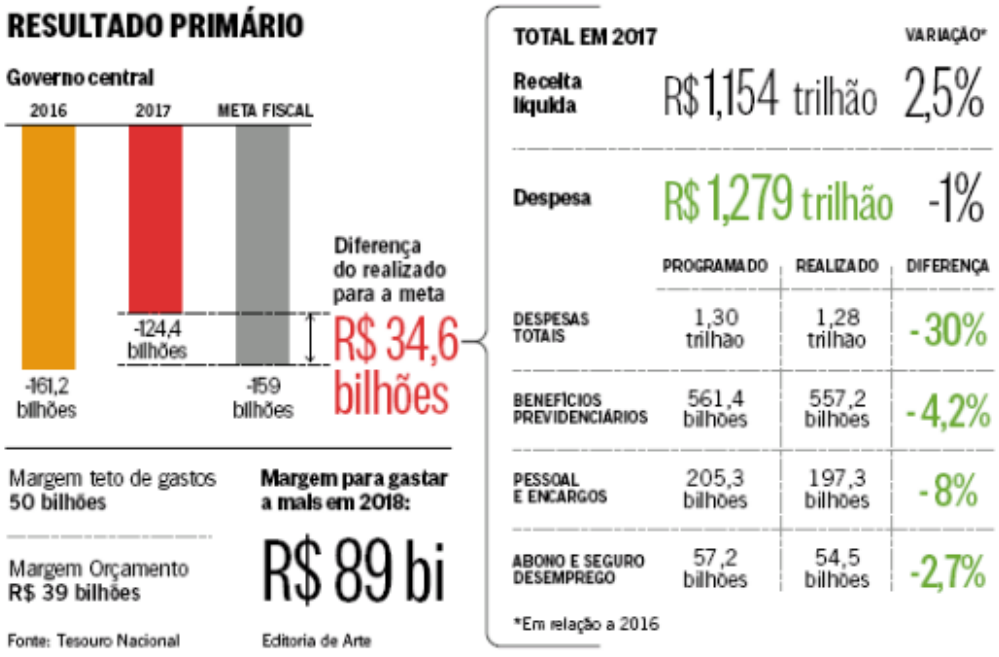
CORTE MENOR
NO INÍCIO DE 2018

Graças ao resultado mais favorável em 2017, o governo fará um contingenciamento menor no Orçamento de 2018. Segundo técnicos da equipe econômica, apesar do risco de frustração com medidas de redução de despesas e aumento de receitas que não foram aprovadas pelo Congresso, o corte de gastos no início do ano será menor que os R$ 20 bilhões previstos com medidas propostas ao Legislativo, entre elas, o adiamento do reajuste dos servidores. O Tesouro informou que o governo cumpriu 96,21% do teto de gastos previsto para 2017. O valor autorizado para as despesas sujeitas

ao teto era de R$ 1,308 trilhão, mas o número final do ano foi de R$ 1,259 trilhão. Segundo Ana Paula, a regra do teto previa que os gastos primários da União pudessem subir 7,2%, sendo que, na prática, o crescimento foi de 3,1%.

Esse desempenho, no entanto, não foi o mesmo para todos os órgãos públicos. A Defensoria Pública, por exemplo, terminou o ano com um crescimento de despesas de 14,2%. Já a Justiça do Trabalho apresentou alta de 10,6%, enquanto o Ministério Público teve uma elevação de 9,6%. Ao todo, cinco órgãos públicos terminaram 2017 com desembolsos acima de 7,2%. Graças a uma devolução de R$ 50 bilhões do BNDES ao Tesouro, o governo conseguiu cumprir a regra de ouro (pela qual as despesas com operações de crédito não podem superar os gastos com investimentos) em 2017. Os investimentos da União ficaram R$ 28,8 bilhões acima das operações crédito no ano passado.

Essa margem é a mais baixa dos últimos anos. Em 2016, ela foi de R$ 86,2 bilhões e, em 2015, de R$ 62,2 bilhões. Para 2018, o desafio é muito maior. De acordo com Ana Paula, o descasamento entre operações de crédito e investimentos está estimado em R$ 208,6 bilhões. Para conseguir cobrir esse montante, a equipe econômica conta com uma nova devolução de recursos do BNDES ao Tesouro, de R$ 130 bilhões, além de outras três medidas. Uma delas é uma revisão nos restos a pagar (despesas de anos anteriores). Neste caso, a ideia é editar um decreto permitindo que o governo reduza restos a pagar não processados e com isso tenha um espaço adicional no caixa no valor de R$ 48,3 bilhões.



FOLHA DE SÃO PAULO | 30/01/18 | MERCADO

Para secretária do Tesouro, não há o que comemorar

Segundo Ana Paula Vescovi, ê o segundo ano do Brasil no vermelho e o déficit de R$ 124 bi é 'muito acentuado"

Comportamento das contas públicas foi errático, e arrecadação reagiu muito depois do esperado pelo governo

O governo teve despesas R$ 50 bilhões menores do que o previsto na regra do teto no ano passado, o que, além de ter sido crucial para um rombo R$ 34,6 bilhões menor do que a meta, permitirá ao governo gastar mais em 2018.

Desde o ano passado, o governo está sujeito ao teto de gastos, que limita os desembolsos à inflação do ano anterior. Em 2017, primeiro ano da regra, esse limite foi estipulado em R$ 1,309 trilhão.

Como a arrecadação de impostos só reagiu a partir do segundo semestre, entretanto, não houve tempo hábil para elevação dos gastos sujeitos à regra, que totalizaram R$ 1,259 trilhão em 2017.

Essa diferença entre o cálculo que entrou no Orçamento e o que foi efetivamente verificado possibilitará um alívio para as despesas deste ano, disse nesta segunda-feira (29) a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi.

O órgão vinha alertando que, devido à necessidade de cumprir o teto, os investimentos, que já estão no menor nível em dez anos, poderiam ter que ser ainda mais compridos em 2018.

"A programação orçamentária sai nos próximos dias", disse a secretária, ao ser questionada se os R$ 50 bilhões a mais permitirão que os gastos não sejam bloqueados no início deste ano. "Ê um fator positivo para a regra do teto de gastos em 2018", disse.

O Tesouro divulgou nesta segunda que, no ano passado, as contas do governo fecharam com um resultado primário (receitas menos despesas antes do pagamento de juros) negativo em R$ 124,4 bilhões, segundo maior rombo da história.

Apesar do tamanho do buraco nas contas públicas, o déficit veio mais de R$ 30 bilhões abaixo dos R$ 159 bilhões negativos estipulados para o ano. Foi menor inclusive do que os R$ 139 bilhões da meta anterior, ampliada em agosto do ano passado.

É o segundo ano que a meta não ê totalmente atingida. Em 2016, quando o rombo foi de R$ 161,3 bilhões, o objetivo era R$ 170,5 bilhões.

"Estamos falando de um déficit muito acentuado. Não há o que comemorar com um resultado de R$ 124 bilhões de déficit", afirmou a secretária, ao ser questionada sobre a diferença entre a meta e o resultado verificado.

Ao analisar o comportamento das contas públicas no ano passado,

Vescovi afirmou que houve dois períodos bastante diferentes: janeiro a julho e agosto até dezembro.

Nos primeiros sete meses do ano, explicou, a arrecadação veio R$ 48,6 bilhões abaixo do esperado, e a avaliação era de que receitas extraordinárias, como leilões de hidrelétricas, podiam não ocorrer.

"A partir de agosto, quando houve a ampliação da meta, houve recuperação de receitas, e os leilões ocorreram até com ágio em alguns casso", disse. "Além disso, todos os órgãos fizeram um esforço para contenção de gastos".

Em outras palavras, quando a arrecadação começou a reagir, o que permitiria aumentar as despesas, não houve tempo para a apresentação de projetos que permitissem a execução de recursos.

"Isso ocorre todos os anos, mas como houve melhora da receita mais concentrada no final do ano, e a execução depende de projetos que levam tempo, isso leva a um compasso mais gradual de execução", disse. "Houve uma defasagem entre as programações financeiras e a própria execução".

PREVIDÊNCIA

Os dados do Tesouro mostram que a receita líquida somou R$ 1,154 trilhão no ano passado, um aumento de 2,5% em relação a 2016. Já as despesas totalizaram R$ 1,279 trilhão, queda de 1% na comparação com o ano retrasado.

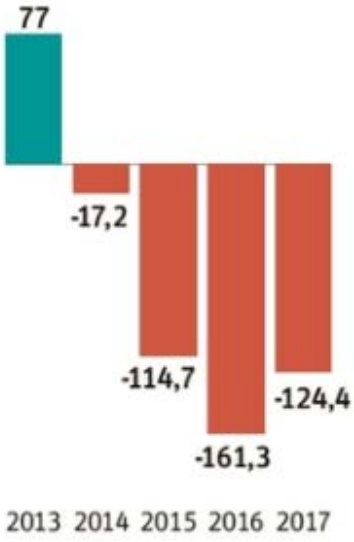
O desempenho das contas vem sendo influenciado pelo resultado da Previdência.

No ano passado, o déficit do Regime Geral de Previdência Social somou R$ 182,4 bilhões, montante 18% maior do que o registrado em 2016.

No mesmo período, o Tesouro Nacional e o Banco Central tiveram um superavit de R$ 59 bilhões, melhor resultado desde 2013.

ROMBO MENOR
Governo tem deficit de R$ 124,4 bi em 2017, abaixo da meta de R$ 159 bi

Resultado primário do governo central, em R$ bi



Destaques, em % do PIB

Fonte: Tesouro Nacional

O ESTADO DE S. PAULO | 30/01/18 | NOTAS & INFORMAÇÕES

A restrição do carro oficial

Está em estudo na Casa Civil da Presidência da República uma proposta de decreto, elaborada pelo Ministério do Planejamento, que restringe fortemente o uso de carros oficiais na esfera do Poder Executivo federal, segundo informa o jornal Valor Econômico. Com a finalidade de economizar recursos, a medida limita o uso desses veículos a 39 autoridades: o presidente da República, o vice-presidente da República, os ministros de Estado, os três comandantes das Forças Armadas e os ex-presidentes da República.

, 528 autoridades podem usar os "veículos de transporte institucional". O Ministério do Planejamento estima uma economia anual de R$ 73 milhões com as novas regras. A proposta é que as autoridades que perderem o direito de usar carro oficial passem a utilizar nos deslocamentos por motivo de trabalho o aplicativo TaxiGov. Em funcionamento desde o ano passado no Distrito Federal, é um sistema de transporte de servidores públicos por meio de agenciamento de táxis. A meta do governo é que todas as instituições da administração direta federal migrem para o TaxiGov durante o primeiro semestre de 2018.

Decreto do Ministério do Planejamento, publicado recentemente, determinou, por exemplo, que as entidades autárquicas e as fundações do Poder Executivo Federal, localizadas no Distrito Federal, utilizem o aplicativo. Além de proibir que as entidades celebrem novos contratos de transporte, ou prorroguem os atuais, a medida ordena a realização de "ações destinadas a desmobilização e desfazimento de veículos". Nas áreas em que foi implantado o serviço do TaxiGov, verificou- se uma redução de gastos de até 60% em relação aos modelos de transporte anteriores. Ao deixar de ser proprietário dos veículos, o governo elimina uma série de custos que antes tinha: manutenção, abastecimento, seguro e, principalmente, salários e encargos trabalhistas com motoristas.

A manutenção de carros oficiais envolve uma cadeia de despesas considerável. É recomendável, portanto, que o seu uso seja limitado rigorosamente às situações de fato necessárias. Essa é a praxe nos países desenvolvidos, que habitualmente restringem a utilização de carro oficial a pouquíssimas autoridades. No Brasil, adotou- se a prática inversa, concedendo aos ocupantes de muitos cargos o uso de carro oficial. O Ministério do Planejamento calcula que, pelas regras em vigor, mais de mil pessoas, na esfera do Poder Executivo federal, podem usar carros oficiais. Por exemplo, os secretários de Ministérios e os chefes de gabinetes têm direito a utilizar veículo oficial. A necessidade do ajuste fiscal – o esforço para que o Estado deixe de gastar mais do que arrecada – serve para reduzir alguns privilégios que se foram instalando no poder público, em suas mais variadas esferas.

Toda a economia produzida pela extinção dessas benesses, ainda que o valor, em algum caso, não seja especialmente expressivo, é um passo para o reequilíbrio fiscal, mas também para a implantação de mais austeridade no trato da coisa pública. Significa que o Estado está mais próximo da eficiência, da racionalidade do uso dos recursos econômicos e, principalmente, da igualdade de todos perante a lei. Se a atual crise fiscal deixa claro que não cabem privilégios no Orçamento nacional – não há dinheiro para custeá-los –, é igualmente claro que não cabem privilégios numa República.

É uma questão não apenas de redução de despesas, mas de compromisso com os princípios que regem o Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, é muito oportuno que o exemplo do Executivo se estenda ao Legislativo e ao Judiciário, com uma expressiva redução de carros oficiais. É um acinte a frota oficial que habitualmente se vê nas redondezas de tribunais, o que inclui as cortes estaduais. Nos Estados Unidos, por exemplo, em todo o Judiciário, apenas o presidente da Suprema Corte tem direito a carro oficial. Além de denotar mais respeito com o contribuinte e com o seu dinheiro, tal prática contribui enormemente para fortalecer a autoridade dos juízes.

O ESTADO DE S. PAULO | 30/01/18 | ECONOMIA

Reforma da Previdência faz disparar aposentadoria por tempo de contribuição

Ajuste. Em meio aos debates para fixação de uma idade mínima para se aposentar no País, número de pedidos de benefício por quem já cumpriu tempo mínimo de pagamentos ao INSS subiu 5,5%, enquanto os benefícios por idade cresceram 3,7%

Idiana Tomazelli

Em meio às discussões sobre a reforma da Previdência, disparou o número de pedidos de aposentadoria por tempo de contribuição. Esses pedidos cresceram 5,5% no ano passado, enquanto as aposentadorias por idade, que exigem no mínimo 65 anos para homens e 60 anos para mulheres, subiram 3,7%. Em 2014, o ritmo de crescimento das duas categorias era praticamente igual.

Para se aposentar por tempo de contribuição no Brasil não é necessário cumprir uma idade mínima, algo raro em todo o mundo. Acabar com esse tipo de aposentadoria é um dos pilares da reforma da Previdência que está em tramitação no Congresso, embora a votação esteja passando por sucessivos adiamentos.

Essa modalidade de benefício é considerada pelo governo um dos privilégios concedidos pelas regras atuais porque permite que pessoas mais novas e em geral com maiores salários solicitem a aposentadoria cedo e com valor médio de benefício mais elevado, onerando as contas previdenciárias, que tiveram o rombo recorde de R$ 268,8 bilhões no ano passado.

Quem se aposenta por tempo de contribuição (de 35 anos para homens e 30 para mulheres) tem, em média, 54,9 anos e recebe quase R$ 2 mil por mês. Já quem se aposenta por idade tem, na média, 60,9 anos e recebe R$ 950. Os dados da idade média são de 2016. Apesar de serem menos numerosos (6 milhões de pessoas), os aposentados por tempo de contribuição custam mais para a Previdência que os 10,5 milhões de aposentados por idade.

Em dezembro, o primeiro grupo recebeu R$ 11,8 bilhões, enquanto o segundo custou R$ 9,95 bilhões.

A avaliação de especialistas é que o crescimento dos pedidos de aposentadoria por tempo de contribuição tem se dado porque, além da maior formalização do mercado de trabalho (um fator positivo, que eleva o número de pessoas que chegam aos 30 ou 35 anos de contribuição necessários), há o medo da aprovação da reforma, que eliminaria a possibilidade desse tipo de aposentadoria, e um avanço nos pedidos antes represados por conta do fator previdenciário – uma regra estabelecida no governo Fernando Henrique que punia com uma redução no benefício quem quisesse se aposentar muito cedo.

No fim de 2015, o Congresso aprovou uma regra de cálculo mais benéfica, que é conhecida como 85/95. Ela permite que os segurados obtenham o direito a receber 100% do salário como aposentadoria (respeitado o teto do INSS, de R$ 5.645,80) desde que o tempo de contribuição mais a idade some 85 anos (mulheres) e 95 anos (homens), e respeitado o tempo mínimo de contribuição de 35 anos para homens e 30 para mulheres.

"Sem dúvida é um alerta para as contas da Previdência e também sobre o 85/95. Se não aprovar a reforma, teríamos de no mínimo mudar a regra de cálculo do benefício por tempo de contribuição", diz o ex-secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim, hoje consultor de Orçamento na Câmara dos Deputados. O consultor do Senado Pedro Nery, especialista em Previdência, lembra que o 85/95 deixou a Previdência ainda mais

desequilibrada.

"O valor médio dos benefícios é maior e eles duram mais tempo, porque a idade mínima na concessão é menor e a sobrevida tende a ser maior", observa. Pelos dados do IBGE, quem tem 54,9 anos tende a viver mais 26,2 anos. Já para quem tem 60,9 anos, a sobrevida média é de 21,5 anos.

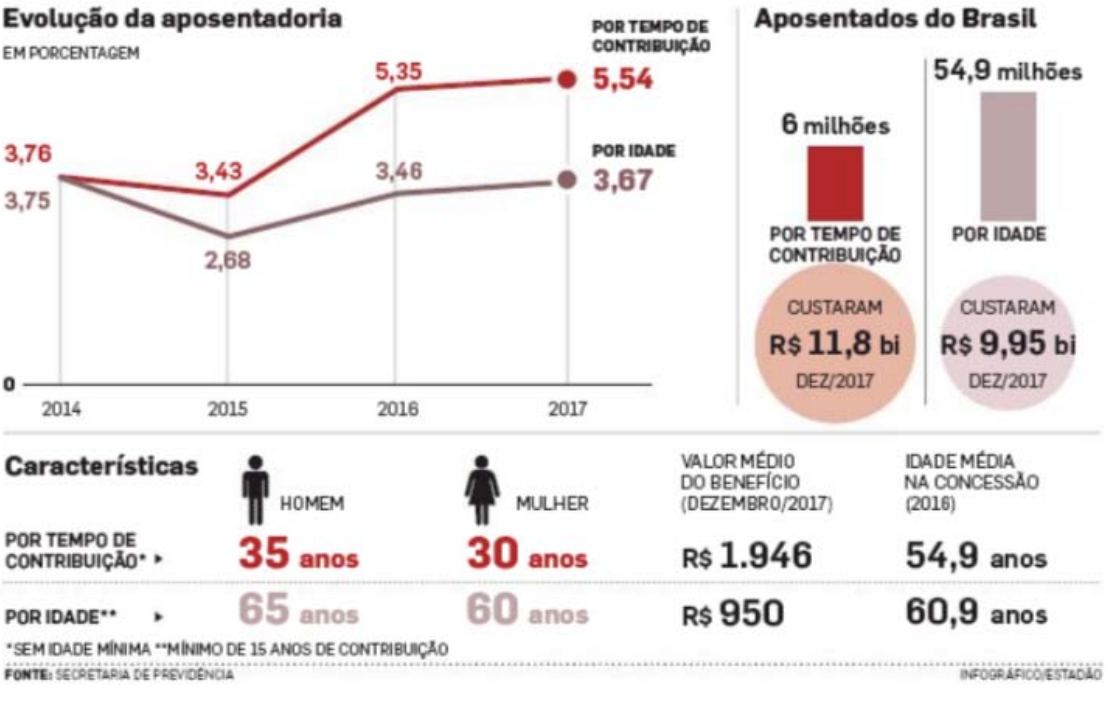
Exceção.

Um dos principais argumentos do governo em defesa da reforma da Previdência é que o Brasil ainda é um dos poucos países a manter a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição. Mesmo onde ela é possível, os técnicos dizem que a exigência costuma ser maior, como de 40 anos de contribuição no Equador. A aprovação da reforma da Previdência ainda enfrenta resistências no Congresso Nacional.

Diante das dificuldades para convencer os parlamentares a apoiar a proposta, o relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), acenou na semana passada com a possibilidade de novas flexibilizações no texto. Ele fez questão de ressaltar, porém, que não abre mão da fixação da idade mínima. "O que trouxer voto, e que não traga alterações nos pontos essenciais, fim dos privilégios e idade mínima, podemos sim absorver como mudanças", disse.

CORRIDA PARA SE APOSENTAR

● Quantidade de benefícios pagos cresce em velocidade superior a anos anteriores. Aposentadoria por tempo de contribuição, que não exige idade mínima, avança mais rápido



O ESTADO DE S. PAULO | 30/01/18 | ECONOMIA

Governo diz que janela para reforma está se fechando

Em nova investida, Planalto quer mostrar a parlamentares que País tem pouco tempo para agir antes de mexer em direitos adquiridos

Idiana Tomazelli

Sem ter os votos necessários para aprovar a reforma da Previdência a menos de um mês da data marcada para a votação, o governo pretende usar o buraco nas contas previdenciárias para tentar convencer os parlamentares de que o Brasil tem pouco tempo para promover alterações sem afetar direitos já adquiridos.

A intenção é alertar para a necessidade de agir logo, antes que o País seja forçado a adotar uma postura mais radical e cortar benefícios, a exemplo do que fizeram no passado Grécia e Portugal. A nova investida do governo tenta afastar o ceticismo crescente na aprovação da reforma antes das eleições.

Há internamente um movimento para deixar a votação para novembro, quando deputados já não temerão mais um "julgamento popular" pelo voto. A saída foi sinalizada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a investidores em Londres. O discurso oficial, porém, é o de que a votação está mantida para fevereiro. A Previdência teve déficit recorde de R$ 268,8 bilhões em 2017, ano marcado por sucessivos adiamentos na votação da reforma.

O rombo é R$ 41,9 bilhões maior do que em 2016 e inclui os regimes do INSS e dos servidores da União. "É como se tivesse de criar uma CPMF por ano para manter o que temos hoje", diz Paulo Tafner, especialista em Previdência. Tafner estima que o governo tenha por volta de três anos até chegar ao limite de precisar mexer em direitos adquiridos.

"Temos três anos antes de chegar à situação catastrófica de cortar benefícios. Não temos tempo para negociar mais ou esticar a transição, que já é longa, tem 20 anos." Para ele, a velocidade com que o Brasil caminha para esse destino é ainda maior do que em Portugal ou na Grécia.

Déficit.

O alerta que será reforçado aos deputados é que a proposta em negociação não mexe com quem já está aposentado ou já tem direito ao benefício, mas a condição que o País tem agora de manter esses direitos pode se esgotar rapidamente. "É fundamental modernizar as regras previdenciárias para as próximas gerações justamente para garantir que os benefícios continuem sendo pagos em dia", defende o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

O caso português, principal exemplo de "solução extrema" para uma Previdência com déficits crescentes, foi alvo de estudo acadêmico feito pelo procurador federal Bruno Bianco Leal, que atua como assessor especial da Casa Civil e ajudou a desenhar a proposta de reforma da Previdência.

Em sua dissertação de mestrado, ele lembra que o próprio Tribunal Constitucional português (equivalente ao STF) passou de uma postura rigorosa na manutenção dos direitos já adquiridos para decisão de criar uma "jurisprudência de crise", permitindo exceções para preservar o equilíbrio das contas públicas.

A Corte Europeia de Direitos Humanos também decidiu, em 2015, que a redução de benefícios promovida pelo governo de Portugal era válida diante da necessidade de garantir o equilíbrio das contas do país.

Segundo a corte, a garantia representava um “interesse público”.

O consultor do Senado Pedro Nery lembra que no Brasil há outras amarras, como a chamada regra de ouro do Orçamento, que impede a emissão de dívida para pagar despesas correntes como salários e os benefícios previdenciários. Por conta dos sucessivos déficits, o governo já enfrenta dificuldades para cumprir a norma, que está prevista na Constituição.

“Essa amarra poderia provocar corte nos benefícios.” Apesar das investidas do governo, parlamentares – mesmo da base aliada – avaliam que dificilmente será possível aprovar a reforma ainda este ano.

O ESTADO DE S. PAULO | 30/01/18 | ECONOMIA

Temer negocia proposta alternativa para servidores

Governo coloca deputado Rogério Rosso para buscar um acordo que acabe com impasse do funcionalismo público

Adriana Fernandes / BRASÍLIA
Eduardo Laguna

A pedido do presidente Michel Temer, o deputado Rogério Rosso (PSD-DF) costura proposta alternativa para os servidores públicos na reforma da Previdência. Ele foi incumbido de negociar com representantes do funcionalismo público uma proposta para a transição de aposentadoria para quem entrou no serviço público antes de 2003. Esse é um ponto de impasse da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Previdência.

A proposta que será levada ao plenário da Câmara cobra que esses servidores cumpram as idades mínimas de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres) para manter a integralidade (direito de se aposentar com o último salário) e a paridade (reajustes iguais aos funcionários da ativa). Rosso ficou responsável por abrandar essa regra.

O deputado, que tem reduto eleitoral nas categorias de servidores, foi um dos principais críticos da propaganda do governo para vender a reforma da Previdência, que teve como mote o fim dos privilégios dos servidores. Para ele, a propaganda foi "infeliz" ao tentar "demonizar os servidores", o que acabou prejudicando a votação.

Rosso já conversou com representantes da frente nacional das carreiras de Estado e vai receber hoje uma proposta dos procuradores. A partir dessas conversas, enviará uma proposta ao presidente Temer, ao relator da reforma, Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) e ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. O deputado também defendeu o aumento do teto para o acumulo de pensão por morte.

A proposta de reforma prevê dois salários mínimos. Já Rosso propõe que seja o limite máximo da aposentadoria do INSS (R$ 5.645,80). Com essas duas mudanças, Rosso avalia que vai aumentar o apoio dos deputados à reforma para que a proposta seja votada em fevereiro.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu o fatiamento da proposta de emenda constitucional que muda as regras das aposentadorias, mas observou que, mesmo sendo aprovada agora, a reforma previdenciária terá de ser complementada no futuro. "O ideal seria fazer a reforma do sistema inteiro, mas Previdência é um assunto polêmico no mundo inteiro, não apenas no Brasil.

Não conheço país que tenha feito reforma da Previdência tudo de uma vez", disse. Em sua visão, embora o ideal fosse aprovar a primeira proposta enviada pelo governo, será importante dar um "passo à frente", com a aprovação de uma versão mais enxuta, para permitir uma situação fiscal "um pouco melhor" ao próximo presidente.

A primeira versão da reforma atingia as aposentadorias rurais e benefícios de idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, assim como equiparava idades mínimas de aposentadoria entre homens e mulheres. O texto teve de ser modificado diante da falta de apoio no Congresso.

Em Goiânia, antes de participar de palestra no Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil (Siccob), o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse esperar que a decisão da Caixa de suspender financiamentos a Estados e municípios sem aval da União, operação mais arriscada ao banco, não atrapalhe a votação da reforma. "O importante é fortalecer a Caixa para que ela possa competir", disse.

Ele acredita na aprovação da reforma dia 19 ou 20 de fevereiro, mas evitou comentar a estratégia do Palácio de colocar o texto em votação mesmo que seja para perder. "Tenho confiança na aprovação", afirmou.

O ESTADO DE S. PAULO | 30/01/18 | ECONOMIA

Rombo do governo fica em R$ 124,4 bi

Quarto déficit consecutivo, resultado ficou abaixo da meta para 2017, de R$ 159 bi negativos; secretária diz que 'não há o que comemorar'

Eduardo Rodrigues
Lorenna Rodrigues

O déficit primário nas contas do governo federal em 2017 ficou em R$ 124,4 bilhões, anunciou ontem o Tesouro Nacional, o segundo pior da série histórica, iniciada em 1997. O quarto rombo anual consecutivo, porém, ficou R$ 34,6 bilhões abaixo da meta do ano passado, que admitia saldo negativo de R$ 159 bilhões.

O resultado também foi menor que o déficit de R$ 161,3 bilhões de 2016. O rombo nas contas públicas significa que as despesas do governo federal em 2017 superaram as receitas com impostos e tributos em R$ 124,4 bilhões, sem considerar os gastos com os juros da dívida público.

Para o diretor executivo do Instituto Fiscal Independente (IFI), do Senado, Felipe Salto, o governo só vai voltar a fechar as contas no azul em 2024 ou 2025, caso a economia cresça em um ritmo de 2,5% a 3%. Para este ano, o economista estima déficit de R$ 155,4 bilhões, menor que os R$ 159 bilhões da meta.

Considerando só as contas do Tesouro e do Banco Central, o governo teria tido resultado positivo de R$ 58 bilhões, mas esse resultado não foi suficiente para compensar o rombo de R$ 182,4 bilhões na Previdência. "Esse foi o quarto ano consecutivo de déficit, mas há melhora em relação a 2016. O que propiciou isso foi a queda nas despesas em proporção do PIB em 2017", avaliou a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi.

"Houve leve recuperação da receita líquida e iniciamos um processo de convergência fiscal para resultados melhores." Os R$ 34,6 bilhões de diferença para a meta decorreram de uma receita líquida R$ 4,6 bilhões superior à prevista e por despesas R$ 30 bilhões menores que as estimadas pelo governo.

"A programação orçamentária até julho foi apertada porque havia incertezas com relação às receitas, mas no segundo semestre esses riscos não se concretizaram", explicou Ana Paula. Ela negou que o governo tenha inflado a meta de déficit primário de 2017, originalmente estipulada em R$ 139 bilhões, mas ampliada para R$ 159 bilhões em agosto. "Não houve folga. Não há o que comemorar com déficit primário de R$ 124,401 bilhões."

Questionada sobre a execução de despesas R$ 30 bilhões inferior ao previsto, Ana Paula argumentou que a execução no primeiro semestre foi apertada devido às frustrações de receitas e aos riscos fiscais para o restante do ano. "Tivemos um aperto enorme no primeiro semestre, mas, na segunda metade do ano, nenhum órgão reclamou que faltaram recursos."

Os investimentos do governo caíram a um patamar muito baixo em 2017, menor que o nível de 2006 em proporção do PIB. "Isso ilustra como a expansão do gasto obrigatório reduz o espaço para o governo investir."

COLABORARAM THAÍS BARCELLOS E MARIA REGINA SILVA

DÉFICIT

● **Rombo de 2017 ficou R$ 34,4 bilhões menor que meta fiscal negativa de R$ 159 bilhões**

Resultado primário

No mês de dezembro

EM BILHÕES DE REAIS

No ano

EM BILHÕES DE REAIS

FONTE: TESOURO NACIONAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

O ESTADO DE S. PAULO | 30/01/18 | ECONOMIA

Orçamento pode não sofrer corte

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, acenou ontem com a possibilidade de não haver corte no Orçamento no início deste ano, como ocorre tradicionalmente. O 'Estadão/ Broadcast' apurou que a previsão de receitas com impostos e tributos está acima do previsto e maior do que a expectativa de despesas, que foram fixadas dentro do teto de gastos.

A decisão ainda não está tomada, mas foi avaliada na reunião de ontem da Junta de Execução Orçamentária (JEO), da qual participam os ministros da Fazenda, Planejamento e Casa Civil. Em Goiânia, Meirelles disse que é "possível que não haja" o contingenciamento. Segundo ele, se houver corte, será pequeno.

ADRIANA FERNANDES

O ESTADO DE S. PAULO | 30/01/18 | ECONOMIA

Tesouro precisa de R$ 208 bi para 'regra de ouro' em 2018

Além de contar com R$ 130 bi do BNDES, governo poderá usar parte do dinheiro que sobrou em 2017 para atingir meta

Depois de certo aperto para cumprir a chamada "regra de ouro" em 2017, o governo prepara um leque de medidas pra tentar se enquadrar no dispositivo legal também em 2018. A anunciada devolução de R$ 130 bilhões pelo BNDES ao Tesouro Nacional está longe de cobrir a insuficiência calculada pelo órgão em R$ 208,6 bilhões neste ano.

A regra de ouro é uma norma da Constituição que proíbe a União de emitir títulos para cobrir gastos correntes, permitindo que o governo se endivide apenas para cobrir despesas de capital, como a rolagem da própria dívida ou a realização de investimentos.

Caso a regra seja descumprida, o presidente pode ser processado por crime de responsabilidade. Em 2017, o governo cumpriu a regra com a menor margem da história – os investimentos superaram as emissões de dívida em R$ 28,8 bilhões. O valor é dado pela diferença entre despesas de capital (R$ 898,98 bilhões) e receitas com operações de crédito mais a variação do colchão da dívida (R$ 870,18 bilhões).

Em 2018, a insuficiência para o cumprimento da regra de ouro é estimada em R$ 208,6 bilhões. Para fazer frente a essa necessidade, além da devolução de R$ 130 bilhões pelo BNDES, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi citou outras medidas.

"É possível fazer uma ampla revisão dos restos a pagar não processados, a partir de um decreto presidencial que será editado. Isso reduz as obrigações e libera mais caixa livre para o Tesouro para o abatimento da dívida pública", explicou. Segundo ela, o governo poderá "transportar" entre R$ 10 bilhões e R$ 15 bilhões da suficiência da regra em 2017 para o cumprimento do instrumento em 2018.

E.R. e L.R.

CONJUNTURA »

Deficit fiscal de 2017 fica abaixo da meta

Saldo negativo de R$ 124,4 bilhões registrado nas contas do governo ficou R$ 34,6 bilhões abaixo do teto definido na LDO e foi 35% menor do que o rombo de 2016. Mas, pelas estimativas do governo, superavit voltará apenas em 2020

» ROSANA HESSEL
» HAMILTON FERRARI - Especial para o Correio

As contas da União ficaram no vermelho pelo quarto ano consecutivo. Em 2017, o governo central — Tesouro, Banco Central e Previdência — teve deficit primário de R$ 124,4 bilhões, o segundo pior resultado da história, equivalente a 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB). O montante, no entanto, ficou R$ 34,6 bilhões abaixo da meta fiscal fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de deficit de R$ 159 bilhões, estabelecido em setembro do ano passado.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, no entanto, afirmou que não há motivo para comemoração, nem mesmo pelo fato de o saldo negativo ter ficado 24,8% abaixo do deficit de R$ 161,3 bilhões registrado em 2016, o maior da série histórica iniciada em 1997. "Estamos falando de um deficit muito acentuado e não há o que comemorar. Deveríamos estar falando de algum superavit para estabilizar a relação dívida/PIB para termos um cenário mais sustentável das contas públicas", afirmou a secretária, durante a apresentação do balanço fiscal de 2017. Apenas o rombo da Previdência foi de R$ 182 bilhões, enquanto o Tesouro registrou superavit de R$ 58,8 bilhões.

De acordo com Ana Paula, o resultado de 2017 ficou melhor do que o esperado graças ao aumento das receitas extraordinárias em R$ 4,6 bilhões e à redução de R$ 30 bilhões nas despesas totais. Entre os cortes de gastos estão R$ 14,2 bilhões apenas de despesas discricionárias (não obrigatórias). Os benefícios previdenciários, tiveram redução de R$ 4,2 bilhões, em grande parte, devido à programação do pagamento para o fim do mês, que deixa a despesa para ser contabilizada no início do mês seguinte.

As contas da União estão no vermelho desde 2014 e, pelas projeções do governo, o superavit primário voltará apenas em 2020. O economista-chefe do Banco Fator, José Francisco Lima Gonçalves, também não vê motivos para festejar. "O resultado pode ter ficado abaixo da meta, mas o aumento da arrecadação ocorreu, basicamente, devido ao corte de investimentos e ao aumento das receitas extraordinárias, que não se repetirão neste ano. E ainda precisaremos ver o impacto da recuperação econômica, que ainda não veio", afirmou.

Enquanto a receita líquida total cresceu 2,5% na comparação com o ano anterior, chegando a R$ 1,154 trilhão, as despesas encolheram 1% na mesma base de comparação, para R$ 1,279 trilhão. Apenas os gastos com investimentos despencaram 31,9%, para R$ 46,2 bilhões, ou 0,69% do PIB, patamar inferior a 2006.

Margem para gastar

De acordo com a secretária do Tesouro, o governo conseguiu cumprir emenda do teto dos gastos em 2017, "com folga de R$ 50 bilhões", criando uma margem para o governo gastar mais em 2018, "dentro da regra do teto". O valor autorizado pelo Orçamento deste ano para despesas limitadas pelo teto é de R$ 1,348 trilhão. Em 2017, o limite foi de R$ 1,309 trilhão, mas o governo gastou R$ 1,259 trilhão.

A economista Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), afirmou que, apesar da melhora do resultado primário, é preciso olhar com cautela os números, porque a qualidade do resultado "não é tão boa". Ela ainda alertou que a tendência para este ano

é de que o resultado primário seja pior que o de 2017. “Pelas nossas projeções, o deficit ficará mais próximo da meta, ou seja, deve aumentar”, disse.

Ana Paula ainda destacou que, pela primeira vez desde 1988, as despesas registraram queda em proporção ao PIB, passando de 20%, em 2016, para 19,5%, no ano passado. “Teremos dois anos de queda na despesa, o que será algo inédito desde a aprovação da Constituição Federal. A série histórica mostra um crescimento persistente nas despesas obrigatórias ao longo dos anos e essa queda é resultado do teto dos gastos”, afirmou. Ela prevê melhora de 0,6 ponto percentual neste ano em relação ao anterior, para 18,9% do PIB.

Regra de ouro preocupa

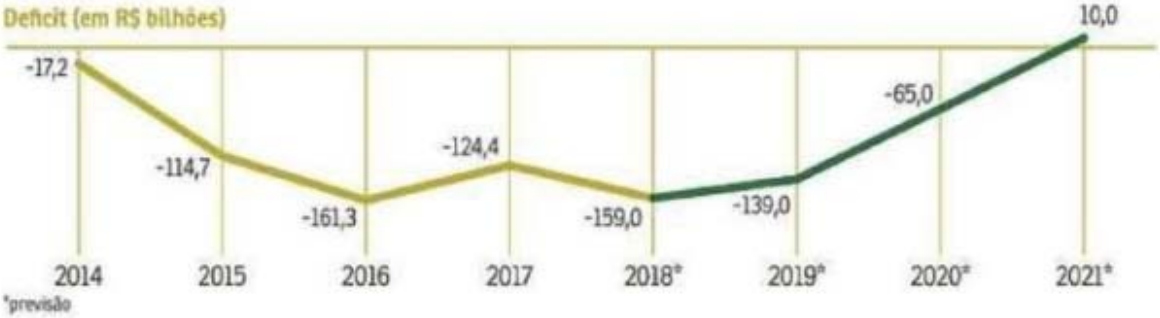
A necessidade de cumprir a regra de ouro — que proíbe o governo de se endividar para cobrir gastos de custeio, como salários — foi ampliada de R$ 184 bilhões, no ano passado, para R$ 208 bilhões, neste ano. Para cobrir o rombo e evitar crime de responsabilidade fiscal, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, informou que, além da devolução dos R$ 130 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo estuda medidas adicionais, como a extinção do Fundo Soberano, que reforçaria o caixa em R$ 26,6 bilhões.

Rombo menor

Melhora na arrecadação e corte em despesas mantiveram deficit primário dentro da meta

Anos difíceis

Governo calcula que ainda demorará três anos para que as contas públicas voltem ao azul



*previsão

Reforma

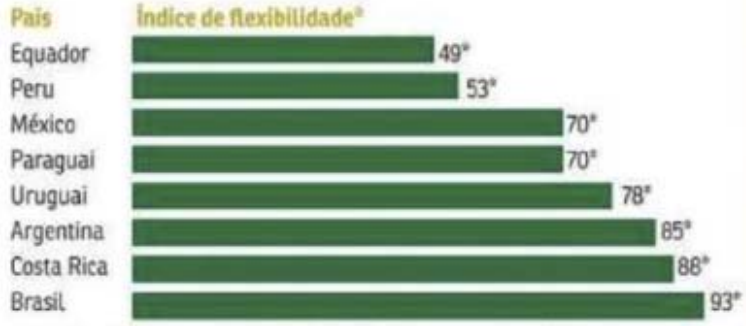
Os gastos com a Previdência Social resultaram num rombo de R$ 182,4 bilhões. Em contrapartida, o Banco Central e o Tesouro Nacional foram superavitários em R$ 59 bilhões, representando o melhor resultado desde 2013.

Menos incentivos

Com a deterioração das contas, os investimentos somaram R$ 46,2 bilhões em 2017, o que representa nível similar ao de 2006. As despesas das aplicações caíram 0,35 ponto percentual do PIB.

Pouco maleável

Quantidade de despesas obrigatórias faz Orçamento federal ser engessado no Brasil (em %)



*Índice Moody's com base em dados de 2010 a 2016. Quanto mais alto o valor, mais engessado

Margem (em R$ Bilhões)

As despesas primárias sujeitas ao teto de gastos ficaram R$ 50 bilhões abaixo do limite estabelecido

Tipo	2017	2018*
Despesas obrigatórias	1.149	1.231
Despesas discricionárias	110	116
Teto dos gastos	1.309	1.348

*LOA 2018

Espaço

O Brasil atingiu, em 2017, 96,21% do que é permitido para o teto dos gastos. Do limite, de R$ 1,308 trilhão, as despesas consumiram R$ 1,259 trilhão.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional